


Usos do passado: Afonso Costa, o IGHB e a comemoração do bicentenário de Jacobina (Bahia) em 1922

Uses of the past: Afonso Costa, the IGHB and the bicentenary celebration of Jacobina (Bahia) in 1922

Valter Gomes Santos de Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0002-5018-056X>

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Os dispositivos das memórias e seus usos sociais vêm despertando cada vez mais os interesses dos historiadores. Não apenas enquanto um objeto da história, a memória passou a ser, dentro dessa nova perspectiva de análise, um tipo de abordagem de grande importância. Nesse sentido, as comemorações ocupam atenções especiais por parte da recente historiografia, visto ser um artifício a serviço da preservação de uma memória, oficial ou não, seletiva por natureza, marcada pelos esquecimentos e silêncios. No sertão da Bahia, as festas pela comemoração do bicentenário da Vila de Jacobina foram realizadas entre os dias 20 e 24 de junho de 1922, reunindo na época diversas pessoas e personalidades da região, além de lideranças políticas. Particularmente, o evento contou com a participação do jornalista e intelectual jacobinense Afonso Costa, que esteve ali como orador oficial e representante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). O presente artigo examina o significado daquela comemoração no espaço político da época através dos textos de Afonso Costa e da imprensa regional, bem como na sua relação com o Centenário da Independência do Brasil. Por fim, investiga aspectos da invenção de Jacobina na produção historiográfica de Afonso Costa e sua vinculação aos propósitos do IGHB na busca pela construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Afonso Costa. IHGB. Comemoração. Jacobina.

Abstract: The devices of memories and their social uses are increasingly awakening the interests of historians. Not only as an object of history, memory has become, within this new perspective of analysis, a type of approach of great importance. In this sense, the celebrations occupy special attention on the part of recent historiography, since it is a device in the service of preserving a memory, official or not, selective in nature, marked by forgetfulness and silence. In the hinterland of Bahia, the celebrations for the bicentenary of the Jacobina Village were held between June 20 and 24, 1922, bringing together several people and personalities from the region, in addition to political leaders. Particularly, the event was attended by Jacobina-born journalist and intellectual Afonso Costa, Who was there as an official speaker and representative for the Geographical and Historical Institute of Bahia (IGHB). This article examines the meaning of that celebration in the political space of the time through the texts of Afonso Costa and the regional press, as well as in its relationship with the Centenary of Independence of Brazil. Finally, it investigates aspects of Jacobina's invention in Afonso Costa's historiographical production and its connection to the purposes of the IGHB in the search for forming a national identity.

Keywords: Afonso Costa. IGHB. Celebration. Jacobina.

Nas últimas décadas, a memória e seus usos sociais vêm despertando os interesses dos historiadores, particularmente depois dos importantes estudos realizados na França do pós-guerra. Não apenas enquanto um objeto da história, a memória passou a ser, dentro dessa nova perspectiva de análise, uma de suas “matrizes” (SILVA, 2002). Entre as questões latentes que ocupam parte dessa geração de historiadores, sobretudo a partir dos anos 1970, estão as relações entre história, memória e seus lugares, as lembranças e os esquecimentos, as festas e os



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

calendários cívicos, as comemorações e as rememorações.¹ Aqui no Brasil, o tema das comemorações em particular ocupou parte desse cenário historiográfico desde a ocorrência do evento pelos 500 anos do “descobrimento”.²

Etimologicamente, comemoração é uma palavra que vem do latim *comemoratio*, cujo significado é trazer à memória. Comemorar é um ato de celebração que se realiza para lembrar-se ou reviver-se, de forma coletiva, a memória de um acontecimento, uma data, uma situação importante para uma comunidade. A comemoração, portanto, é um artifício a serviço da preservação de uma memória, por natureza seletiva, marcada pelos esquecimentos e silêncios. Enquanto rituais, procuram unir pessoas em torno de imagens, símbolos, valores e referências que, em última instância, procura dar força e coesão a uma coletividade (JOÃO, 2003).

O presente artigo busca realizar uma investigação das imagens da comemoração do bicentenário da Vila de Jacobina, em 1922, e seu significado no espaço político da época. Temos como principais referências sobre o evento a memória histórica publicada por Afonso Costa em revista comemorativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e os jornais regionais *Correio de Jacobina* e *Correio do Sertão*. Por outro lado, buscamos estabelecer conexões entre aquela comemoração ocorrida em Jacobina e a do centenário da independência, na capital federal, bem como pensar o papel do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, através de Afonso Costa, na inserção dos seus estudos regionais ao projeto da identidade nacional.

A comemoração

Aquele sábado de 24 de junho de 1922 ficou marcado na memória coletiva das gerações mais antigas da cidade de Jacobina, localizada a 330 km da capital baiana. Seu significado se deve a razões que vão além das tradicionais festas do São João, que tomavam conta dos povoados, vilas e em algumas cidades daqueles sertões. Em se tratando daquele ano, a administração municipal empreendeu um grande investimento econômico e político para celebrar o dia de São João com a comemoração do bicentenário da instalação da Vila de Santo Antônio de Jacobina. Diversas pessoas e autoridades dos distritos e municípios vizinhos, além de ilustres presenças da capital, se fizeram presentes na cidade. Um motivo de glória e ufanismo para aquela que foi a pioneira nos sertões da Bahia. A data simbólica foi abraçada pelo seu intendente, o jovem coronel Francisco Rocha Pires,³ que, segundo informa o jornal local *Correio de Jacobina*, angariou esforços para “festejar pomposamente com a presença do Governo do Estado”.⁴

O jornal *Correio do Sertão*, da vizinha cidade do Morro do Chapéu, publicou uma nota informativa na sua edição semanal de 18 de junho, antecipando ao seu público leitor como deveriam ser as festas pela comemoração do bicentenário de Jacobina.

Dentre as muitas solemnidades serão effectuadas uma sessão solemne do Conselho Municipal, Missa em acção de graças, inauguração da ponte “24 de Junho”, préstito cívico-militar que percorrerá as principaes ruas da Cidade, banquete de 200 talheres, soirée dansante, etc.⁵

¹ Para citar alguns dos mais representantes estudiosos dessa geração, ver alguns trabalhos de Mona Ozouf; Michael Pollak; Piere Nora e Jacques Le Goff.

² A respeito do tema das comemorações no Brasil, ver alguns trabalhos realizados nos últimos vinte anos por historiadores como Helenice Rodrigues Silva; Maria Isabel João; Genes Duarte Ribeiro e Alan Santos Passos.

³ Francisco Rocha Pires (1894-1974) era descendente das antigas oligarquias latifundiárias e políticas de Jacobina. Aliado ao grupo de seu tio Ernestino Pires, foi intendente municipal entre 1920 e 1923 e depois nomeado prefeito da cidade de Jacobina, em 1924. Em 1934, já como principal liderança em seu grupo, foi eleito deputado estadual constituinte pelo Partido Social Democrático, mandato interrompido pelo Golpe de 1937. Eleito novamente para a Assembleia Legislativa, em 1945, permaneceu por sete mandatos consecutivos até 1974, morrendo no exercício do poder. Teve sob seu domínio todos os prefeitos do município desde 1930 a 1972.

⁴ *Correio de Jacobina*. Será verdade?. Ano I, n. 22, Jacobina, 18/03/1922, p. 2. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

⁵ *Correio do Sertão*. Jacobina vae comemorar o seu bi-centenario. Ano V, n. 258, Morro do Chapéu, 18/6/1922, p. 1. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

A administração municipal preparou um programa escrito e enviou antecipadamente para alguns municípios daquelas regiões circunvizinhas, além da capital baiana, e, possivelmente, na capital federal, que se preparava também para sediar em setembro daquele ano as festas pelo Centenário da Independência do Brasil.

Durante cinco dias em Jacobina, da terça-feira ao sábado, “a cidade esteve em festas como nunca antes existente”. Isso é o que diz Afonso Costa (1923), testemunha ocular do evento, em um texto intitulado *200 annos depois – a então Villa de Jacobina*, publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na ocasião do evento, o autor e conterrâneo esteve presente na condição de orador oficial e representante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, principal instituição do gênero do Estado na época.

O texto de Afonso Costa se insere no padrão de memória histórica descritiva, comum em sua época. O historiador Erivaldo Fagundes Neves (2016) diz que “a memória histórica descritiva teve amplo uso na Bahia, nos séculos XIX e XX, constituía-se numa narrativa de lembranças de experiências vividas pelo autor ou por seus interlocutores” (p. 26). Percebemos, na narrativa do intelectual jacobinense, um estilo cuja estrutura deve ser lida conforme o paradigma da revista do IGHB, destacando parcialmente aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais. Nas palavras revestidas de alguma poesia, Afonso Costa (1923) nos apresenta uma cidade elegante por natureza, pois “estirada ao sopé e à curva das montanhas” e cortada por dois rios. Seu reduzido número de ruas e praças tinha, na sua percepção, “feição tradicional” com casarios coloniais que receberam até então “leves modificações”, para sua felicidade, pois assim deveria permanecer em “honra ao passado”. O centro aparece marcado por um “comércio movimentado”, ainda que merecesse por parte de autor maior exploração por parte dos empreendedores locais. O povo é visto como “habitualmente ordeiro e civilizado”, apesar da privação de um prédio escolar para sua “instrução e educação cívica”(p. 280).

Afonso Costa demarca a posição econômica do seu município como “uma das mais ricas terras do estado” (1923, p. 280) e que recentemente havia sido cortada pela via férrea, a chamada “Linha da Grota”, unindo Senhor do Bonfim a Mundo Novo e ligando-a com a capital. Como nos informa Luiz Henrique Blume, Jacobina era, na época, a terceira maior cidade em população da Bahia, atrás apenas de Salvador e Feira de Santana (BLUME, 2009, p. 24). Apesar disso, até o alvorecer daquela década alguns poucos “melhoramentos” haviam sido empreendidos pelas administrações municipais no sentido de dotar seu núcleo urbano de uma estética moderna e higienizada, como era desejo das suas elites letradas.⁶ Os visitantes que chegassem à cidade naqueles anos encontrariam algumas novidades em forma de equipamentos urbanos e culturais, como o já citado trem de ferro, telégrafo, a presença de jornal impresso e tipografia, sala de cinema, estúdio fotográfico, mas também de código de posturas municipal, normatizando hábitos e condutas, ambientes com energia elétrica e alguns poucos calçamentos de ruas com pedras. Essas “novidades” foram se constituindo como elementos da modernização da cidade, ainda que sua população tivesse que conviver com outras formas e práticas consideradas “atrasadas”, a exemplo dos animais nas ruas ou comércio informal na feira livre (BLUME, 2009; OLIVEIRA, 2019).

Embora mencione a realização de “muitas festas” ocorridas na cidade naqueles dias, Afonso Costa (1923, p. 282) não nos informa quais foram esses festejos bem como suas naturezas. Ocorreram eventos abertos ao grande público ou restritos a pequenos círculos? Não se diz nada a respeito da “alegria” que, segundo ele, tomou conta da cidade. O silêncio do autor pode significar muita coisa, desde a efetiva inexistência desses momentos alegres e festivos na cidade ou, até mesmo o que diz Paul Ricoeur, como um sinal de negação de um momento traumático (SILVA, 2002). Neste caso, o silêncio pode ser visto como uma estratégia para não tocar em certas feridas.

⁶ Esse desejo por melhoramentos e embelezamento do centro da cidade estão expressos em jornais publicados na cidade, a exemplo do *A Primavera* (1916), *Correio de Jacobina* (1921-1922) e *Ideal* (1927). Ele também é manifestado por Afonso Costa em alguns de seus textos sobre Jacobina publicados na época. A este respeito, ver BLUME (2009).

Assim como as informações sobre festas, o povo também não aparece na sua memória histórica e nem na breve rememoração do evento, surgindo apenas na última página do texto. Como sabemos, isso se deve também ao fato de que toda memória é seletiva e é feita mais de esquecimento que de lembrança (JOÃO, 2004). Contudo, o autor dedica uma seção do texto para lembrar-se dos seus “filhos” que se destacaram nas instâncias econômicas, políticas e religiosas como “rebentos que o dignificam” (p. 281). Praticamente, todos os nomes estavam ligados às famílias tradicionais e oligárquicas do município. Voltando às festas, o membro do IGHB diz que “a população confirmou os seus predicados de hospitaleira, laboriosa, distinta e patriótica”. Dentro da programação oficial do evento, informa apenas da realização pelo Conselho Municipal de “uma sessão solene” com a participação das autoridades da cidade, dos distritos, municípios circunvizinhos e da capital. Coube ao autor da memória a função de orador oficial como delegado do instituto baiano, cujas palavras foram publicadas no livro *À sombra da Arte e à luz da História*. Naquela ocasião, bastavam aos organizadores da revista do instituto baiano apenas algumas breves informações sobre a história desse antigo município para a edição comemorativa do Centenário da Independência na Bahia.

Na década de vinte do século passado, a fotografia já aparece em Jacobina como um importante artefato para usos sociais e, principalmente, como lugar da memória (NORA, 1993). Porém, curiosamente, até o momento não tivemos acesso a nenhum artefato com identificação da comemoração do bicentenário, embora já saibamos da presença do fotógrafo e empreendedor Rosendo Borges, residente na cidade entre os anos de 1922 e 1923, através de várias fotografias e notícias em jornais regionais (OLIVEIRA, 2006). A relevância política e econômica do evento, o apoio institucional do IGHB e a presença de um fotógrafo empreendedor na cidade são ótimos indicativos para supor a criação de algum tipo de álbum do evento ou mesmo fotografias avulsas como lembranças do acontecimento histórico. No entanto, mesmo após mais de uma década de pesquisas sobre memórias fotográficas na região de Jacobina em diversos acervos públicos e privados, nenhuma imagem fotográfica foi localizada. É um silêncio, no mínimo, instigante. Há, daquele ano, na coleção *Memória fotográfica de Jacobina*, em acervo do Núcleo de Estudos e Cultura e Cidade, na Universidade do Estado da Bahia, uma rara imagem sem qualquer identificação de autoria ou assunto, que arriscamos a possibilidade de ser do evento em questão e do próprio Borges.

Rosendo Borges, 1922, Jacobina.



Acervo digital do NECC/UNEB

Na imagem se vê um pelotão militar parado em fileira de pose. Posicionando sua câmera no canto esquerdo do pelotão, o fotógrafo registra ali em primeiro plano um grupo musical que olha

para o equipamento no momento do clique. O local da foto é o largo da estação ferroviária da cidade e seu motivo provavelmente se deve à chegada de pessoas ilustres no trem daquele dia. O *Correio do Sertão* chegou a informar que a administração municipal de Jacobina contou com a participação do “Tiro de Guerra 442, acompanhado do seu corpo de vivandeiras, banda musical, famílias e cavalheiros” da cidade de Senhor do Bonfim para “abrilhantar” as festas do bicentenário.⁷ Seria o grupo presente na foto o mesmo da ocasião do evento? Embora acreditemos que sim, há possibilidade de ter sido fotografado também na ocasião da festa do sete de setembro, uma vez já confirmada a sua presença.

A fotografia foi localizada isolada de outros possíveis registros que pudessem compor uma narrativa em álbum ou elucidar mais aspectos sobre a cena capturada. Nota-se que o fotógrafo escreveu o ano em que foi feita no centro superior da imagem, como se quisesse com isso revestir o artefato da noção de monumento, perpetuando uma lembrança daquele ano histórico. Se o monumento é uma estratégia de perpetuação, impondo ao futuro uma imagem como lembrança de uma época, essa fotografia chega para nós, no presente, na perspectiva do que Le Goff (1996) chama de documento-monumento. A inscrição 1922 aparece ali como um elemento de construção de uma memória coletiva e demarcador da sua importância para a história. Qual seu significado?

1922

O ano da comemoração do bicentenário de Jacobina foi marcado por muitos acontecimentos em todo o Brasil. É de se considerar que toda a década de 1920 foi muito agitada, sob muitos aspectos. O país passava por um dos momentos mais delicados e tensos desde o início da república, que culminaria, por fim, com a queda da Primeira República, em 1930.

O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom vital, a comemoração do centenário de Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2010, p. 389).

A Semana de Arte Moderna foi oficialmente aberta em 11 de fevereiro no Museu Municipal de São Paulo. Embora não tenha havido ampla repercussão nacional, confirmada até pela ausência de informação nos jornais da microrregião de Jacobina, o evento foi importante por promover abertura para os movimentos artísticos de vanguarda no país.

As eleições para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, ocorridas em 1º de março de 1922, foram marcadas por um clima bastante agitado desde o lançamento das candidaturas de Artur Bernardes e de Nilo Peçanha no ano anterior. O resultado daquelas eleições ficou em suspenso por algum tempo, gerando ansiedades, incertezas e um clima de insegurança em todo o país com acusações de irregularidades de ambos os lados.

Segundo Edgar Carone (apud FERREIRA; PINTO, 2010), apesar do clima agitado dos primeiros meses de 1922, as eleições ocorreram na data prevista. Por sua vez, controlados pela máquina oficial, os resultados eleitorais deram a vitória a Artur Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha. Em Jacobina, a acirrada disputa entre os dois chefes políticos locais, Coronel Ernestino Pires e Coronel Galdino Cezar de Moraes, logrou vitória com 452 votos para Nilo Peçanha contra 315 para Artur Bernardes. Uma clara demonstração do funcionamento da política dos governadores naquele município governado, na ocasião, pelo grupo de Ernestino Pires. Esse resultado político, praticamente, foi repetido em todos os municípios da microrregião naquele ano. A força política do seabrismo na Bahia se fez valer na maioria das urnas. Conforme o *Correio do*

⁷ *Correio do Sertão*. Jacobina vae comemorar o seu bi-centenario. Ano V, n. 258, Morro do Chapéu, 18/6/1922, p. 1. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Sertão, a vitória de Nilo Peçanha sobre Artur Bernardes se deu com 331 votos contra 112 em Morro do Chapéu. Em Mundo Novo, o incrível funcionamento da política do coronelismo naquelas eleições deu vitória à Reação Republicana com 721 votos para Nilo Peçanha e nenhum para Artur Bernardes.⁸

O sistema da chamada política do café-com-leite sofreu, naquele ano, oposição da Reação Republicana nas eleições, mas também nas ações do chamado Tenentismo. Enquanto movimento político, o Tenentismo surgiu e apareceu como uma conspiração (LANNA JÚNIOR, 2010). O movimento fez parte da crise institucional que marcou a Primeira República na década de 1920 e foi capitaneado por jovens militares, sobretudo dos setores médios da sociedade, descontentes com os rumos tomados pelas oligarquias no país. Em 5 de julho de 1922, após a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar no Rio de Janeiro, os militares revoltosos no Forte de Copacabana deram início ao que chamaram de “revolução”. Após dispararem contra alvos estratégicos e serem contra-atacados pelas forças do governo de Epitácio Pessoa, um pequeno grupo de militares caminhou abertamente sobre a Avenida Atlântica em direção às tropas legalistas. O episódio ficou conhecido como a Marcha dos Dezoito do Forte (LANNA JÚNIOR, 2010).

As primeiras notícias daqueles episódios chegaram através de telegrama enviado no dia 6 de julho para Mundo Novo e noticiado já na edição de 9 de julho do *Correio do Sertão*. Ali foi dada também notícia da prisão de Hermes da Fonseca, por meio de telegrama enviado de Jacobina. Na edição da semana seguinte, em que comemorava o seu quinto aniversário de lançamento, informava sobre o andamento das questões no Rio de Janeiro: mortes, feridos, prisões, decreto do estado de sítio e, particularmente, as situações políticas do marechal Hermes da Fonseca e J. J. Seabra. Como se nota, através de telegramas e jornais, aos poucos as populações da região de Jacobina tomavam conhecimento dos últimos acontecimentos na capital do país.⁹

Passados aqueles turbulentos dias do mês de julho e debelados os movimentos revoltosos pelas forças repressivas de Epitácio Pessoa na capital, as atenções do governo federal se voltaram para as eleições do vice-presidente (por ocasião da morte de Urbano Santos), ocorridas em 20 de agosto, e também para as festas de comemoração do centenário da Independência, ocasião da abertura da Exposição Internacional.

O Centenário da Independência

A Exposição do Centenário teve como inspiração as congêneres europeias e norte-americanas. A segunda metade do século dezenove ficou marcada como a era das exposições internacionais. Elas funcionavam como vitrines do progresso industrial, desenvolvimento da ciência, comércio e expansão das artes vividas pelas nações (TURAZZI, 1995). Algumas dessas exposições ocorreram como ocasiões para comemorar os centenários de acontecimentos políticos marcantes.

A Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876, serviu também para comemorar o centenário da independência dos Estados Unidos, cuja assinatura da declaração se deu na cidade de Filadélfia, em 1776. Já a Exposição de Paris, em 1889, teve como pretexto o ano da comemoração do centenário da queda da Bastilha naquela cidade, dando início à Revolução Francesa.

Em 1908, em comemoração ao Centenário da Abertura dos Portos às nações amigas no Brasil, foi realizada no Rio de Janeiro a Exposição Nacional. Pela primeira vez, o Brasil e sua capital se abriam também como uma vitrine do progresso. Naquela ocasião, a capital federal havia passado por ampla reforma urbana transformando a velha cidade em uma metrópole com suas avenidas

⁸ *Correio do Sertão*. Presidência da República. Ano V, n. 245, Morro do Chapéu, 19/3/1922, p. 2. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

⁹ *Correio do Sertão*. Revolução no Rio. Ano V, n. 261, Morro do Chapéu, 9/7/1922, p 3; A revolução do Rio e outros pormenores. Ano V, n. 262, Morro do Chapéu, 15/7/1922, p 2. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

largas e bulevares.

De certa forma, a comemoração do centenário da Independência já era ansiosamente desejada desde a década anterior. Como demonstrou a historiadora Marly Motta (1993), essa “vigilância comemorativa” pôde ser percebida com relativa antecedência. A Revista do Brasil, fundada em janeiro de 1916, logo em seu primeiro número, apregoava a necessidade de se comemorar festivamente o evento.

Em 1921, o governo brasileiro já preparava a realização da Exposição através de uma série de intervenções na capital federal para sediar o evento e com a criação das comissões nacionais e regionais para organizar os trabalhos dos expositores não apenas do Brasil, mas de várias nações que estiveram presentes. Enquanto isso, os jornais *Correio de Jacobina* e *Correio do Sertão* davam notícias da preparação para o evento sobre o evento comemorativo para seu seletor público leitor naqueles sertões .

Na “data magna” do sete de setembro, era inaugurada com muita festividade a Exposição do Centenário no Rio de Janeiro. Todas as atenções naquele momento estavam voltadas para a capital. Além das delegações regionais, treze países participaram do evento em palácios de honra para seus representantes: Estados Unidos, Argentina, México, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão (SCHUSTER, 2014).

O *Correio do Sertão* informava também aos seus leitores dos eventos realizados na sede e distritos do Morro do Chapéu por ocasião do centenário da Independência.¹⁰ Em Jacobina, por sua vez, é através das fotografias realizadas por Rosendo Borges que temos conhecimento também da festejada comemoração ocorrida na cidade. Esses são sinais indicativos de como ali também as festas do calendário cívico nacional passaram cada vez mais a ocupar significativo espaço¹¹ na construção da identidade brasileira.

O IGHB e a identidade nacional

No princípio do século vinte, uma das questões mais inquietantes no pensamento político brasileiro era a busca pelo entendimento da construção da sua nacionalidade. Embora isso possa ser percebido desde o século anterior, foi com o advento da república que esse projeto tomou maior envergadura, particularmente a partir das feridas abertas com o massacre ocorrido no sertão de Canudos, atraindo as atenções para o que se passava naquele Brasil profundo e desconhecido. As elites intelectuais, a partir de então, passaram a assumir como sua missão revelar nossa diversidade cultural de acordo com os parâmetros científicos da época, bastante influenciados pelas ideias do Positivismo e Evolucionismo.

Para entender o país em sua amplitude e complexidade, muitos intelectuais brasileiros voltaram as atenções para suas origens, com o processo colonizador e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Naquele momento, os estudos históricos estavam na ordem do dia, sobretudo os regionalismos. Enquanto saber científico, a produção historiográfica estava muito vinculada às pesquisas realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Nacional, criado em 1838, e pelos diversos congêneres estaduais, que aos poucos foram sendo criados, passando a promover, entre outras questões, reuniões, congressos e publicações em revistas. A atuação dos institutos, de certa maneira, refletia a força política e econômica de seu estado ou região no contexto nacional.

Na Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico foi criado (ou recriado)¹² em 1894, e seu papel

¹⁰ *Correio do Sertão*. Sete de Setembro. Ano V, n. 270, Morro do Chapéu, 10/9/1922, p. 1-2; O Centenário da Independência em Ventura. Ano V, n. 271, Morro do Chapéu, 17/9/1922, p. 2-3. Festas religiosas. Em continuação das festas do Centenário da Independência. Ano V, n. 274, Morro do Chapéu, 8/10/1922, p. 1. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

¹¹ A noção de espaço aqui é concebida como produto de inter-relações humanas. Não como algo físico e acabado, mas em constante construção e heterogêneo por natureza.

¹² A Bahia foi a primeira província a criar seu próprio instituto após a criação do IHGB, em 1838. Em 3 de maio de 1856 foi criado o Instituto Histórico da Bahia como iniciativa de pequeno grupo das suas elites letradas. Com pouco apoio

era praticamente o mesmo dos demais, qual seja, contribuir para a construção da história nacional, fornecendo informações e dados de caráter regional, além de destacar a importância da sua história para a nação. De acordo com Aldo Silva (2006), o advento da República trouxe novo fôlego ao projeto de construção da nacionalidade, sob novas bases ideológicas.

No contexto republicano, os ideais de civilização e progresso motivaram seus associados a produzir um discurso histórico que exaltasse a Bahia e seu passado glorioso na construção da nacionalidade brasileira (PASSOS, 2016). Essa talvez fosse uma das missões mais importantes do IGHB, pois tinha como propósito retomar para a Bahia a posição de prestígio ocupada por outrora. Além da presença de figuras ícones da intelectualidade baiana, como Braz do Amaral e Theodoro Sampaio, muitos membros fundadores do Instituto, além das aptidões para as letras, ocuparam cargos e posições políticas de destaque, a exemplo de Vital Soares, Luiz Vianna Filho e Wanderley Pinho. De maneira geral, eles tinham origens e relações sociais bem definidas: muitos possuíam formação superior e outros exerciam profissões liberais, mas todos estavam estreitamente relacionados com as elites econômicas, políticas e religiosas do Estado e foram importantes na construção do discurso histórico na Bahia.¹³

Na Bahia da Primeira República, foi o IGHB o mais importante veículo de construção e veiculação das produções históricas sobre o Estado. Nesse período, como diz Erivaldo Neves (2016), prevaleceram as memórias histórico-descritivas e as crônicas municipais, elaboradas conforme os paradigmas propostos pelo Instituto. Foram produzidos ali, na acepção do autor, mais crônicas e memórias sobre os sertões no período colonial do que historiografias “capazes de avaliarem as ações humanas nas suas circunstâncias de tempo e lugar” (NEVES, 2016, p. 167).

Em Afonso Costa, na primeira metade do século passado, os sertões das Jacobinas tiveram asseguradas suas principais narrações através de memórias históricas e crônicas e sua inserção nos anais do IGHB e outros institutos na Bahia e além.

Afonso Costa e a invenção de Jacobina¹⁴

A despeito da importância do nome de Jacobina no que respeita às entradas aos sertões da Bahia com a expansão da pecuária, das explorações de ouro, da primeira vila criada nos seus sertões, da grandeza de seu território na época, pouco se falou sobre isso na historiografia produzida no Brasil até princípios do século vinte.¹⁵

Com Afonso Costa, a trajetória do sertão da Jacobina ganhou os primeiros contornos da escrita de sua história. Como principal nome das letras na primeira metade do século passado, foram dele as primeiras e principais escritas em prosa da história do município, bem como dos estudos genealógicos de algumas de suas famílias e personalidades da vida pública.¹⁶

Afonso Costa nasceu em 1885, em uma pequena comunidade rural conhecida como Palmeirinhas do Jacuípe, pertencente ao município de Jacobina. Quando cedo, estudou as

externo, funcionamento incerto e produção ínfima, o Instituto encerrou suas atividades em 1877. O IGHB foi reinaugurado evitando qualquer relação com a antiga instituição. A este respeito, ver SILVA (2006).

¹³ A respeito da atuação política dos intelectuais vinculados ao IGHB na construção do discurso histórico na Bahia, ver o trabalho de SILVA (2000).

¹⁴ O termo “invenção” aqui é utilizado não no sentido do falso em oposição ao verídico, mas como construção histórica que trabalha com provas e possibilidades. A esse respeito, ver GINZBURG (2007).

¹⁵ É válido dizer que durante o período colonial, o cronista Gabriel Soares de Souza já mencionava em seus relatos de viagens para o sertão da Jacobina, quando de posse do roteiro atribuído a Belchior Dias Moreira, as supostas minas de prata. O jesuíta João Antônio Andreoni, o Antonil, em seu proibido livro, *Cultura e Opulência do Brasil*, de 1711, fez referência à importância dos currais das Jacobinas no contexto da economia da época. Entre 1731 e 1734, o sertanista Joaquim Quaresma percorreu os sertões da Bahia para mapear e criar roteiros a mando do vice-rei do Brasil, mencionou sobre as condições das minas descobertas e exploradas, a exemplo de Jacobina, onde esteve (NEVES, 2016). No século dezanove, que marcou o nascimento da historiografia produzida no Brasil, Francisco Varnhagen e Capistrano de Abreu, dois dos mais expoentes nomes da época, fizeram referência a Jacobina no contexto da colonização dos sertões baianos.

¹⁶ Os escritos de Afonso Costa sobre os sertões da Jacobina no período colonial têm sido recorrentemente abordados pelos mais recentes trabalhos historiográficos que versam sobre o tema. A esse respeito, ver VIEIRA FILHO (2009), CARVALHO (2010) e CONCEIÇÃO (2018).

primeiras letras em Jacobina e mais tarde devotou à sua terra muitos escritos ao longo de sua vida, publicados em livros, revistas e jornais do Brasil, entre os anos de 1914 até 1955, quando faleceu no Rio de Janeiro.

Como intelectual foi um pesquisador arguto, empenhado e comprometido durante toda sua vida com as questões ligadas à Bahia. Isso lhe abriu, em vida, as portas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. A respeito do último, em 1948 comentou em uma correspondência com Amado Barberino – seu amigo das letras em Jacobina – que entrava para “a mais importante associação de cultura histórica do Brasil”, crescendo assim sua obrigação e responsabilidade, principalmente pelo seu interesse pela história da província da Bahia. Como jornalista e militante na imprensa, fundou e também colaborou com muitos jornais em algumas cidades do Brasil. Em Jacobina, escreveu esporadicamente para o *Lidador*; em Ilhéus, fundou o *Comércio*, assim como em Salvador, com *A Bandeira*. No Rio de Janeiro, fundou a *Revista Nacional* e foi grande colaborador do *Jornal do Comércio*. Entre suas mais variadas produções estão estudos sobre história da Bahia, literatura, imprensa e genealogia além, é claro, daqueles que realizava acerca de Jacobina. Ligado às elites políticas e letradas do seu município, construiu textos genealógicos das famílias proeminentes (COSTA, 1952b).

Em 1914, como autodidata, iniciava sua carreira de pesquisador com o livro “As minas de prata de Robério Dias à luz da Crítica Hodierna”. Afonso Costa trazia para a cena historiográfica da época suas impressões acerca do que Pedro Calmon (1958) chamou de “enigma” na história do Brasil colonial. Com esse estudo, as portas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia se abriram para o pesquisador sertanejo que dava seus primeiros passos para levar suas pesquisas sobre Jacobina nos principais eventos promovidos por esses institutos no Brasil e em publicações de suas revistas na época.

Tal qual um Gonçalves Dias, em “canção do exílio”, escreveu aquele que parece ter sido seu trabalho de maior fôlego sobre o município com o texto *Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora*, em 1916. Sua memória histórica descritiva foi uma das selecionadas para participar do V Congresso Brasileiro de Geografia, em Salvador, como membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O Congresso foi realizado entre 7 a 16 de setembro, em Salvador, e organizado por Theodoro Sampaio através do IGHB. O evento chegou a atrair diversos pesquisadores do país, mas foi particularmente relevante para a Bahia, sobretudo na promoção da visibilidade e dizibilidade dos estudos realizados por seus intelectuais nos diversos municípios que compunham o estado, muitos deles recém-criados na época. Os principais representantes das elites letradas baianas participaram do evento com suas memórias ou corografias. Afonso Costa já trabalhava em Salvador e nas horas vagas perambulava em bibliotecas e arquivos na capital como pesquisador de sua terra .

Sua memória histórica descritiva foi publicada pela imprensa oficial do Estado dois anos depois como parte dos anais do evento. O estudo possui cerca de oitenta páginas entre texto, mapas, fotografias, documentos e dados técnicos sobre o município para conhecimento de amplo público de leitores. Sua escrita é rebuscada, inclusive para o público da época. Esse estilo, na “ortografia racional de Gonçalves Viana¹⁷ e escrita em vernáculo castiço, com exuberância de adjetivação e riqueza de neologismos”, foi destacado como seu único defeito pelo seu parecerista Mario Melo, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pois não era condizente com a natureza do trabalho científico (COSTA, 1918, p. 318-9). O texto aborda a história do povoamento do sertão das Jacobinas a partir do olhar do colonizador através das entradas, implantação dos currais e das missões. Começa destacando a importância de Belchior Dias Moreira no devassamento dos sertões. Bom que se diga que essa identificação com o colonizador e sua origem

¹⁷ Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) foi um filólogo, linguista e lexicógrafo português. Fez a primeira descrição de conjunto do sistema fonético do português em 1883. Foi um dos membros da Comissão de Reforma Ortográfica de 1911.

européia fez parte das imagens que as elites nativas tinham de si e do Brasil, uma vez que foram formadas segundo os valores dominantes do pensamento científico do século XIX. Afonso Costa destaca a preocupação em corrigir erros históricos cometidos com sua terra e descreve, amparado nas informações, transcrições de documentos acerca dos episódios que levaram a criação da vila por ordem real, em 5 de agosto de 1720, sua instalação dois anos depois, em 24 de junho 1722, sua transferência em 5 de junho de 1724, a criação da ouvidoria, em 1742, a definição do termo e seus limites administrativos.

Sem embargo da clareza dos acontecimentos, numa corrida certeira de ordem sucessiva, historiadores há que adulteraram com descrições de notas improcedentes o próprio facto da instalação e transferência da vila de Jacobina, emprestando-lhe datas e nomes de personagens que não cabem em justificativas distintas.

Mais de interesse fica nestes pormenores, o que se atribue a freguesia eclesiástica de minha terra, esbarrando-se-lhe com os informes numa insolvente garabulhada, até mesmo nos documentos encontrados na própria secretaria do arcebispado. Daí a zina de meu esforço para deslindar da questão, no sentido de reintegrar a história de Jacobina todos os dados que lhe sejam atinentes, com a documentada precisão por a mesma verdade solicitada (COSTA, 1918, p. 249).

Na opinião de seus contemporâneos e colegas de institutos, Afonso Costa era virtuoso no julgamento dos fatos históricos e um homem severo na crítica, muitas vezes irônico. Dizia o que sentia e com muita franqueza, razão pela qual criou alguns desafetos entre os seus (CALMON, 1958). Sua intolerância era principalmente com aqueles que considerava levianos na tarefa da pesquisa e escrita da história. Historiador autodidata e metódico no ofício de pesquisador, o intelectual jacobinense manteve-se desde o princípio alinhado às ideias de Varhnagen, Rocha Pita, José de Miralles, Silio Boccanera, Felisberto Freire e Serafim Leite. Como tais historiadores, identificava-se com o princípio de que o conhecimento histórico fosse como uma ciência na busca pela verdade dos fatos, pautado no rigor do trato com os documentos. A história, na sua concepção, era “ciência ou arte que, tendo suas bases no passado, realiza o grandioso objetivo de preparar o futuro” (GAMA e ABREU, 1958, p. 12).

Sua memória histórica descritiva se enquadra nessa concepção dúbia. A narrativa está repleta de descrições de documentos oficiais, muitos deles na íntegra, como as atas de instalação e transferência da vila, refletindo a preocupação do autor com provas documentais e a “verdade histórica”. Por outro lado, sua escrita não se prende a um estilo mais sutil e objetivo, como esperado pelos organizadores do Congresso. O autor demonstra que, além de um olhar voltado para o passado, tinha outro também atento ao futuro, alertando seis anos antes para o bicentenário de Jacobina que se aproximava. Era parte da “vigilância comemorativa” da época.

E hoje, às portas do bicentenário de existir, em dias a cortar-lhe de lés a lés as entranhas a ferrovia, em plena exuberância de suas naturais condições a serem oferecidas a utilização, abramos a largura francas os nossos braços, para com eles estreitarmos-nos sob os mesmos princípios, sob os mesmos empenhos, sob o mesmo sentir em pró de nossa terra, prefazendo a realidade do sonho que Belchior Dias sonhara (COSTA, 1918, p. 237).

Em 1923, publicava na edição comemorativa pelo centenário da Independência da Bahia na revista do IGHB, a memória *200 anos depois: a então Villa de Jacobina*. Nesse breve texto de seis páginas, de escrita mais objetiva e com discurso cívico-ufanista, na primeira parte retoma questões desenvolvidas na memória histórica de 1916. Não há novidades aí em matéria de pesquisa acerca dos episódios em torno das entradas para o sertão da Jacobina, da criação, instalação e transferência da Vila, sua expansão com o ouro e posterior decadência com a proibição da mineração e a elevação à cidade. Por outro lado, na segunda parte fornece ao leitor informações mais recentes e suas impressões acerca da condição do município e da cidade. Novamente, aponta esperanças progressistas para o futuro de sua terra, caso fosse seguida por administradores

honestos e trabalhadores a ela devotados.

Resta, para sua gloria, que uma sequencia de administrações laboriosas e honestas sem outra política que o conagraçamento de todos os jacobinenses para a grandeza da terra natal, saiba tirar das terras e das gentes o concurso maior para as sobrelevancias do progresso effectivo e seguro (COSTA, 1923, p. 281).

Na sequência, o autor destaca em “cronologia rigorosamente levantada” nomes de jacobinenses que se destacaram nas instâncias religiosas, econômicas, jurídicas e políticas na Bahia e no Brasil durante a Colônia e Império. Sobre os vivos de sua época, alerta que deixava que a posteridade se incumbisse de falar. A última parte, como já mencionado, foi dedicada às festas comemorativas promovidas pela Intendência Municipal pelo bicentenário com desfecho positivista associando sua terra ao projeto de identidade nacional.

Vencidos os dois séculos de existência, todos os desejos dos filhos de Jacobina são por que ella prospere e se engrandeça e se alevante no concerto dos demais municípios brasileiros, os jacobinenses todos unidos, conagraçados, cohesos, sob uma opinião que os nobilite – a da grandeza da terra amada (COSTA, 1923, p. 282).

A partir de 1923, Afonso Costa passou a viver no Rio de Janeiro com a esposa e seus dois filhos. Embora seus temas de interesse variassem entre história da Bahia, genealogia e poesia, continuou muito ligado à escrita das histórias de Jacobina. Era o principal, senão único intelectual do município, de projeção nacional, que estivera ligado ao mundo das letras. Como um poeta romântico manteve-se ligado à sua terra até mesmo distante e depois que medidas oficiais tentaram alijá-lo do município. Da capital federal continuou escrevendo textos de história em jornais, revistas de institutos e anais de eventos sobre a Bahia colonial e imperial em alguns estados da federação. A história de Jacobina esteve muito ligada a esses escritos (COSTA, 1952b; 1955).

A partir de uma série de textos anônimos publicados esporadicamente entre 1934 e 1935 no jornal *O Lidador*, sob o título de “Exactidões e inexactidões de nossa história colonial”, Adriano Menezes (2020, p. 159-165) em recente trabalho, atribui suas autorias a Afonso Costa e que o mesmo buscou tentar demonstrar os “erros” que alguns antigos historiadores cometeram sobre as minas de ouro e prata na região de Jacobina. As inexactidões se devem por conta de equívocos cometidos por Frei Vicente do Salvador e Sebastião da Rocha Pitta, seguidos por Ignácio Accioly, apenas sendo corrigido após descobertas de documentos realizadas por Varnhagen, Capistrano de Abreu e Felisberto Freire. Através das páginas do jornal, paulatinamente, o autor buscava formar leitores para as histórias de Jacobina.

Nas já mencionadas correspondências trocadas com Amado Barberino, em fins de 1948 e início de 1949, Afonso Costa discute, entre outras coisas, seu projeto pessoal de reescrever e atualizar a história de sua terra três décadas após a primeira memória. O pesquisador engajado objetivava apresentar o resultado de seu estudo atualizado no V Congresso de História Nacional, ocorrido em 1949 no Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração dos 400 anos da cidade de Salvador. O intelectual jacobinense fez parte da comissão organizadora daquele prestigiado evento (GUIMARÃES, 2004), talvez sua maior glória e reconhecimento por sua dedicação aos estudos históricos baianos.

Em um dos seus últimos textos, publicado em 1952, no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, Afonso Costa reitera afirmações feitas em algumas das memórias históricas e deixa claro para o seu leitor, na época, a importância e grandiosidade da sua terra até fins do século dezoito.

Sabido, por demais repisado geralmente, que Jacobina compreendia toda a extensão de terras que, partindo do rio de São Francisco desde a cachoeira de Paulo Afonso e seguindo à direita até a altura dos Montes Altos, vinha ter às minas do rio das Contas e aos sertões da Cachoeira, finalizando com Sergipe, isso numa superfície, segundo cálculos de historiógrafos, de cerco de trezentas léguas. Assim, tudo quanto nessa área ocorresse, de bom e de mau, seria na Jacobina

ou da Jacobina (COSTA, 1952c, n.p).

Passados exatos trinta anos da comemoração do bicentenário de Jacobina, com quase setenta anos e próximo do final da sua vida, Afonso Costa havia deixado demarcado seu nome no espaço da historiografia produzida sobre os sertões baianos na primeira metade do século passado, levantando documentos, corrigindo equívocos e construindo histórias e genealogias dos principais responsáveis pela obra colonizadora, como no caso de Antônio Guedes de Brito (COSTA, 1952a). Para Erivaldo Neves (2016, p. 111), a mais relevante contribuição de Afonso Costa para a historiografia foi “o arrolamento das terras doadas, herdadas e adquiridas por esse hiperlatifundiário”. Através do conjunto de sua obra, ao longo de cinco décadas de escrita, a história de Jacobina rompeu suas fronteiras geográficas e encontrou ressonância nas publicações dos principais institutos históricos e da imprensa do país.

Considerações finais

Em 1972, ano do 250º aniversário da instalação da Vila de Jacobina, um novo grupo político ascendia ao poder municipal tendo à frente o jovem advogado Fernando Daltro.¹⁸ A partir daquele ano, seus administradores passaram a utilizar a data da elevação da vila à cidade, em 28 de julho de 1880, como a mais importante do seu calendário cívico. Com o surgimento do grupo, que se auto-declarava “Carcará”, foram arregimentados outros usos do passado, instituindo novo calendário cívico e outro importante símbolo: a bandeira oficial, criada por meio de concurso, em 1973. A partir desse ano, uma nova vigilância comemorativa passou a ser encampada pelo jornal *A Palavra* que tomou conta dos munícipes para a comemoração do centenário da cidade, efusivamente ocorrida em 1980 na administração de Flávio Mesquita.¹⁹ Essa data ainda é atualmente utilizada como marco oficial para rememoração do passado pelas administrações municipais. No entanto, de alguns anos para cá, imbuídos por questões políticas, econômicas e até mesmo históricas, o tema do marco fundador volta à cena novamente no espaço político da cidade com a aproximação do ano de 2022. Consideramos como João (2003, p. 66), que é o presente que determina o interesse coletivo pelo passado, ou parte dele.

Passados quase cem anos daquela comemoração do bicentenário e dos esforços empreendidos por Afonso Costa no sentido de construir os fundamentos do passado colonial de Jacobina, atualmente a municipalidade vive um dilema com seu passado: o de ignorar essa fase da vila como incorporada ao seu calendário oficial ou considerar como legítima para suas comemorações anuais apenas a data de sua elevação à condição de cidade. Como dissemos, Afonso Costa alertava aos seus pares do IGHB e seus leitores para a proximidade do bicentenário de sua terra. Coube ao intendente Francisco Rocha Pires, em 1922, realizá-lo. Como visto, aquele ano foi bastante simbólico no calendário das comemorações no Brasil, que completava cem anos como país, ou na Bahia, que se preparava para festejar seu centenário da independência. Uma vez que a jovem república brasileira ainda estava bastante envolvida no desejo de construir a tão sonhada identidade nacional, foi através dos diversos institutos históricos espalhados pelo país que seus principais intelectuais, fazendo usos do passado, contribuíram para a construção desse projeto através de publicações em anais, revistas e eventos cívicos tendo como imperativo uma narrativa

¹⁸ Fernando Mário Pires Daltro (1929-2009) foi advogado, vereador, prefeito, deputado estadual e liderança política ligada ao grupo de Roberto Santos na Bahia. Era membro de tradicional família oligárquica de Jacobina e embora tivesse parentesco e ligação ao coronel Francisco Rocha Pires, rompeu com esse a partir das eleições municipais de 1966, quando esperava ser indicado ao pleito. Em 1971, foi eleito prefeito, rompendo o longo domínio político do velho coronel. A partir de seu mandato, iniciava a fase dos “carcarás” no poder, como era chamado seu grupo político, disputando as eleições municipais contra os “jacús”, principais oponentes, por mais de três décadas.

¹⁹ Flávio Antônio de Mesquita Marques é médico e governou o município entre os anos de 1977 e 1983. Apesar de ser ligado ao grupo dos “jacús”, o centenário da cidade foi amplamente comemorado e chegou a contar com a presença do governador Antônio Carlos Magalhães, ainda que duramente criticado pelo jornal *A Palavra* como o ano do “sem ter nada”, nas palavras do então diretor e principal adversário político, Carlito Daltro, em sua coluna *E o couro come*.

ufanista e patriótica. Em Jacobina, como visto, seus homens públicos não quiseram deixar escapar a oportunidade para demarcar seu espaço político no rol daquelas comemorações centenárias. Afinal, como disse Jacques Le Goff (1996), assim como a memória, o uso do calendário também se situa na esfera do poder.

Fontes

Coleção do Jornal *A Palavra*. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Coleção do Jornal *Correio de Jacobina*. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Coleção do Jornal *Correio do Sertão*. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Coleção *Memória Fotográfica de Jacobina*. Acervo digital do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Referências

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, Ba, 1920-1950. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter (org.). *Culturas urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: EDUNEB, 2009.

CALMON, Pedro. Afonso Costa. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Ano X, nº 190. Bahia: Tipografia Manú Editora Ltda, 1958.

COSTA, Afonso. Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol II. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

COSTA, Afonso. 200 annos depois. A então Villa de Jacobina. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. N. 48. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1923.

COSTA, Afonso. Guedes de Brito, o povoador (História de Jacobina). *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Vol. XXXII. Bahia, 1952a.

COSTA, Afonso. Seara Genealógica – Os Dias, Cezares, Moraes e outros de Jacobina. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Ano VII, n. 7. Bahia: Oficina Tipográfica Manú, 1952b.

COSTA, Afonso. Vida Eclesiástica (História da Jacobina). *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1952c, p. 4.

COSTA, Afonso. Nomes que dignificam (Da História da Jacobina). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. N. 79. Bahia, 1955.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GAMA e ABREU, Edith Mendes da. Afonso Costa. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Ano X, nº 190. Bahia: Tipografia Manú Editora Ltda, 1958.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. V. 24, n. 48, p. 145-170, 2004.

JOÃO, Maria Isabel. Memória e comemoração. *História Revista*. V. 8, n. 1/2, p. 57-88, 2003.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MENEZES, Adriano Antônio Lima. *Imprensa e Identidade Sertaneja: Discurso e Prática de Leitura no Piemonte da Chapada Diamantina, Bahia (1916-1943)*. Curitiba: CRV, 2020.

MOTTA, Marly. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. 1993. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1436>. Acesso em: 17 fev. 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Crônica, Memória e História: Formação historiográfica dos sertões da Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2016.

NORA, Peirre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. V. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. Memória Fotográfica Jacobina: investigações sobre os fotógrafos e suas obras na cidade. In: SAMPAIO, Alan; OLIVEIRA, Valter. *Arte e Cidade: imagens de Jacobina*. Salvador: EDUNEB, 2006.

PASSOS, Alan Santos. *A Cidade de Salvador e os seus 400 anos: Política, História e Usos do passado (Bahia, 1949)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2016.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 21, n. 1, p. 121-134, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100121&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 mar. 2020.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégias de Consolidação Institucional*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

Notas de autoria

Valter Gomes Santos de Oliveira é doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professor adjunto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na Graduação em História, no Mestrado em Estudos africanos, povos indígenas e culturas negras e atual líder do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC). É membro também do Grupo de Pesquisa O Som do Lugar e o Mundo, na UFBA. Atualmente coordena um projeto de pesquisa sobre circuito social da fotografia nos sertões baianos. E-mail: valter.gomessantosdeoliveira@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. Usos do passado: Afonso Costa, o IGHB e a comemoração do bicentenário de Jacobina (Bahia) em 1922. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 119-133, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 21/08/2020.

Modificações solicitadas em 17/01/2021.

Aprovado em 07/02/2021.